



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - PORTO VELHO

ATA DE REUNIÃO

Aos **trinta e um dias** do mês de agosto de 2022, o NDE/Economia se reuniu via meet/google, às 14h30min, com o objetivo de verificar e aprovar os regulamentos anexos ao novo PPC. Os trabalhos foram iniciados com as boas-vindas a todos os presentes e se seguiu com a apresentação dos pontos que serão discutidos na reunião. Estiveram presentes: Walberti Saith, Manuel Valdés, Ermeson Henrique, João Batista da Luz e Jonas Cardoso. Desenvolvimento. Assim, em relação aos pareceres: 1- Sobre o Histórico do curso elaborado pelo professor Silvio Persivo: Todos concordaram em que o texto do professor Silvio está muito bom. Ermeson sugere colocar no site do departamento. 2- Sobre o parecer do Regulamento de Atividades Complementares elaborado pela professora Neima (a professora Neima não poderá estar na reunião, mas deixou o parecer). Manuel fez leitura do parecer da professora Neima, explica que atividades complementares já se faziam no curso, e que as horas destinadas a estas atividades irão passar de 120 horas para 40 horas. A professora Neima fez inclusão de nova legislação a respeito e fez alguns assinalamentos ao texto original. Consta em anexo o parecer. Depois da leitura do material não houve manifestação contrária. 3- Manuel apresenta o parecer elaborado sobre Estágio Supervisionado: Foi feita a leitura do parecer elaborado pelo professor Manuel. A respeito surgiu a dúvida sobre a possibilidade de interrupção do estágio. Jonas comentou que alunos que fazem estágio prorrogam a matrícula, sem terminar as disciplinas, para permanecer no estágio. Walberti: concorda com Jonas e cita alguns exemplos desses alunos. Perguntou se existe algum instrumento que possa tirar o aluno do estágio? Manuel: respondeu sim, à pergunta do Walberti. A resolução 454/2016 apresenta artigo sobre a possibilidade de interrupção do estágio em caso que o aluno apresente baixo desempenho por causa do estágio. Ermeson: relaciona a questão do alongamento do aluno no curso e a existência de jubramento. Manuel: explica que já há instrumento legal para o jubramento de alunos na universidade. Precisa estar estabelecido no PPC. No nosso caso, 4 anos e mais 50%, seriam 6 anos ao todo. Depois disso pode jublar. Jonas: sugere inserir a questão do desempenho acadêmico no estágio. 4- Walberti sobre o parecer elaborado do funcionamento do NDE: o professor explica que de modo geral o regulamento para o funcionamento do NDE do curso está bom. Sua preocupação está na questão de marcar as reuniões, ausências...tirou uma parte que parece ser relativa do departamento e outras muito burocráticas. -João colocou que em outras universidades, professores membro do NDE, faltam e depois na reunião do colegiado votam contra a proposta do NDE. Assim, seria interessante que professor que faltar sem justificativa seja afastado do NDE. Esclarece que no nosso caso, o coletivo do NDE do curso trabalha seriamente e que talvez esse instrumento não seja necessário. -Walberti: explica a existência de artigo em relação ao presidente e vice-presidente do NDE. Em relação ao presidente, por exemplo, poderá ficar por 3 anos na presidência e depois troca. Só permanece se não houver interessado em ocupar o cargo. Ressalta também o papel do NDE na questão didática do curso, podendo todo início de curso organizar a reunião didática que Neima havia proposto anteriormente. 5- João Batista da Luz sobre o parecer elaborado do regulamento das ACEX: Explica basicamente em que consistem suas alterações com base em três questões: uma relativa a normativas não utilizadas; dois em relação à questão da apresentação dos 10% de extensão, melhor colocar em horas e, três, no artigo 13, procedimento para entrar na extensão, parecia que o aluno entra na extensão de forma automática. Precisa-se de elencar quesitos de entrada. O coordenador deverá avaliar quantos alunos poderão participar do projeto. Não é o “aluno só querer”. Também, se diz que o aluno pode cursar extensão em outros cursos de graduação da UNIR e fora dela. Porém, é o coordenador que deverá avaliar a pertinência da ação. No artigo 5º sobre certificação, o aluno precisa de cumprimento da carga horária mínima (75%) para receber o certificado. Ainda deixou o questionamento: disciplinas teóricas e com atividades de extensão como deverão se acreditar no

SIGAA?.Jonas: esclarece que se deve diferenciar: uma coisa é extensão e outra é ensino. Será que aumentam a carga horária para tanto? João: sim. As disciplinas passam ter maior carga horária para dedicar à extensão. Manuel: esclarece que essa discussão foi superada na UNIR e a resolução é clara em termos de projetos institucionalizados. João: a questão estimulou fazer projetos. Citou o exemplo de um projeto que vem pensando apresentar sobre elaboração de projetos. 6- Otacílio não apresentou parecer sobre o regulamento de Monografia. Foi decidido adiar para a próxima reunião. Jonas: coloca que há outros produtos que podem ser apresentados como monografia. 7- Luís Fernando sobre dimensões das salas:Manuel: Foi feita solicitação ao professor Luís Fernando em relação a dimensão e acesso à infraestrutura do curso, porém ele se encontra em férias, e retorna o dia 11/09. Mas, em relação as dimensões das salas ele já havia colocado no relatório de número de vagas do curso. Jonas: esclarece que o laboratório de informática não é do curso, mas do NUCSA. Ermeson: esclarece que o Luís deverá ver o tópico de acessibilidade no caderno de elaboração de PPC e ver o quanto o curso consegue satisfazer. Manuel: irei passar para o Luís essa sugestão do Emerson.Manuel: lembrou que faltou a tabela da relação entre professor e disciplina. Outro assunto a ser tratado foi: João sobre o ENADE. Explica que elaborou documento com base as normas do ENADE, e fez texto para ajudar o aluno entender a importância da sua participação e bom desempenho na prova do ENADE. Questionou então como organizar o apoio aos alunos:-Manuel: Diz que depois da lista de inscritos, seria oportuno ver quem são (se estão ainda fazendo disciplinas no curso) e elaborar cronograma de atividades. Sugere verificar as provas do ENADE e elaborar pergunta com essa base nas 4 áreas importante do exame. Emerson se ofereceu para colaborar. Outro assunto: Emerson que já conseguiu resolver as questões em vermelho do PPC. Ainda não fechou o ementário. Fala sobre se as disciplinas eletivas precisam ser apenas do curso? -Manuel: opina que essas disciplinas eletivas precisam ter relação com o curso de economia. Se feitas fora, podem ser não aproveitadas pelo aluno após submissão ao conselho do departamento. -Jonas: opina que podem ser feitas dentro do NUCSA. João: só se tiver relação com o curso de economia como falado por Manuel. Jonas: questiona, então o aluno precisa fazer consulta antecipada ao departamento? Manuel: precisa ser explicitado no PPC. João: colocar parágrafo explicando que as disciplinas eletivas feitas foras do curso deverão guardar relação com a área de economia, requisito necessário para poder ser aproveitada depois no departamento. Encaminhamentos: -Otacílio deverá apresentar parecer sobre o regulamento de elaboração de monografias no curso. -Manuel apresentar nova tabela em que se relacionem professor e disciplina. - Manuel deverá inserir no regulamento de estágio supervisionado a questão de interrupção do estágio por baixo desempenho. -Todos os pareceres apresentados: sobre atividades complementares, sobre ACEX, sobre estágio supervisionado e do NDE/Economia foram aprovados. -Foi aceito o histórico do curso elaborado pelo professor Silvio Persivo. 2.**Encerramento:** Às 15h45min, o presidente do NDE/economia deu por encerrado os trabalhos e leu os encaminhamentos adotados na reunião. Não havendo outro assunto a ser discutido, se deu por encerrada a reunião, na qual para constar eu, Manuel Antônio Valdés Borrero, lavrei a presente ata que segue assinada eletronicamente pelos que se fizeram presentes.



Documento assinado eletronicamente por **MANUEL ANTONIO VALDES BORRERO, Docente**, em 01/09/2022, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ERMESON HENRIQUE SILVA DOS REIS, Docente**, em 01/09/2022, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO BATISTA DA LUZ DE SOUZA, Chefe de Departamento**, em 08/09/2022, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unir.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?)



[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **1087657** e o código CRC **E169DF6F**.

---

**Referência:** Processo nº 999055855.000091/2019-74

SEI nº 1087657